

Audiência pública na ALMG e cerimônia no Palácio da Liberdade marcam a entrega do relatório final da Covemg

Audiência pública na ALMG e cerimônia no Palácio da Liberdade marcam a entrega do relatório final da Covemg 14 de Dezembro de 2017 , 17:51

Atualizado em 14 de Dezembro de 2017 , 18:24

Audiência pública na ALMG e cerimônia no Palácio da Liberdade marcam a entrega do relatório final da Covemg



Com dois gestos simbólicos, os conselheiros da Comissão da Verdade em Minas (Covemg) começam a mudar o significado do dia 13 de dezembro, data da publicação do Ato Institucional nº 5, ocorrida no ano de 1968. Eles realizaram no mesmo dia, 49 anos depois, a entrega do [relatório final](#) do colegiado, em audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e em cerimônia no Palácio da Liberdade. Com a entrega, a Covemg tornou público o resultado de quatro anos de pesquisa sobre as violações dos direitos dos cidadãos de Minas cometidas principalmente durante a ditadura militar. Para o coordenador da comissão, Robson Sávio, o relatório resgata o passado e a história dos que foram silenciados, projetando o futuro, ao entregar ao Poder Público o conjunto de recomendações, com as quais eles devem se comprometer perante a população mineira.



Carlos Melgaço Valadares, Robson Sávio Reis Souza, Jurandir Persichini Cunha, Paulo Afonso Moreira,

Maria Ceres Pimenta Spínola Castro, Celina Pinto Albano e Emely Vieira Salazar. Coordenadores da Covemg.

Na audiência pública na ALMG, que lotou o plenário José de Alencar, compuseram a mesa os integrantes da Covemg - o coordenador Robson Sávio Reis Souza, Carlos Melgaço Valadares, Emely Vieira Salazar, Jurandir Persichini Cunha, Maria Celina Pinto Albano, Maria Ceres Pimenta Spínola Castro e Paulo Afonso Moreira -, o presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Cristiano Silveira, além dos deputados Durval Ângelo e Marília Campos. Para abrir a sessão, um [vídeo institucional](#) da Covemg foi exibido.



O coordenador Robson Sávio iniciou sua fala destacando a importância dos trabalhos de pesquisa realizados pela equipe da Covemg. “É preciso que o Brasil tenha coragem de enfrentar o seu déficit com o passado. A pesquisa demonstrou a extensão dos crimes contra os direitos humanos cometidos em Minas e a sua capilaridade: conhecíamos a cabeça do polvo e agora revelamos os seus tentáculos. Agentes dos três poderes associados com agentes privados foram parceiros de primeira hora na ditadura militar”. Ele relatou também que a pesquisa permitiu conhecer as violações cometidas contra setores mais amplos da população mineira, como os trabalhadores rurais e urbanos e os indígenas, além das atrocidades já conhecidas, cometidas contra militantes de movimentos sociais, sindicalistas e estudantes. As quase duas mil páginas do relatório final trazem depoimentos de mais 200 pessoas, sobre os crimes de morte, tortura e desaparecimento forçado cometidos por agentes do Estado, mas também por agentes privados com a convivência e/ou omissão do Poder Público.

No transcorrer da audiência pública, cada um dos sete integrantes da Covemg fez um breve relato sobre os temas sob sua responsabilidade, compondo um painel da pesquisa que documentou e comprovou como o Estado violou gravemente e de forma sistemática os direitos humanos em Minas, no período estudado. Os presentes à audiência receberam um CD ou um *pendrive* contendo a íntegra do relatório. Além disso, foi anunciada a criação de uma plataforma digital que vai tornar disponível à população documentos, depoimentos, fotografias e gravações em áudio e vídeo utilizados na confecção do relatório. O mesmo material integrará o acervo do Arquivo Público Mineiro.

Entrega do relatório ao governo



A cerimônia de entrega do relatório ao governador Fernando Pimentel foi realizada à tarde, no Palácio da Liberdade. Abrindo a sessão, a conselheira Emely Salazar convidou os presentes a entoar com ela a canção de João Bosco e Aldir Blanc, “O Bêbado e a Equilibrista”, como forma de homenagear quem viveu o período autoritário, mas também em referência ao episódio da recente condução coercitiva do reitor da UFMG, Jaime Ramirez, e da vice-reitora, Sandra Goulart, que estava presente na cerimônia. A Polícia Federal intitulou a operação que envolve a UFMG de “Esperança equilibrista”, com infeliz referência a essa canção, considerada o hino dos anistiados políticos. Em seguida, o governador Fernando Pimentel recebeu das mãos do coordenador da Covemg os cinco volumes do relatório.



Em seu discurso, Robson Sávio descreveu o cenário pesquisado pela Covemg: um regime no qual, “para se manter no poder, os generais calaram os meios de comunicação, impondo censura e ameaças; houve forte repressão aos movimentos sociais e populares, no campo e na cidade: a tortura transformou-se em política de estado; ocorreram desaparecimentos forçados, exílios e incontáveis violações dos direitos humanos”.

O coordenador chamou a atenção para o fato de que a Covemg demonstrou em seu relatório que outros personagens, além dos já conhecidos, como as Forças Armadas e as polícias, foram ativos durante o período de arbítrio. “Pela ação, conivência, parceria ou omissão, identificamos – além dos agentes e órgãos públicos dos três poderes do Estado – outras associações, empresas e instituições privadas (do agronegócio, da mineração, dos setores da metalurgia, siderurgia, construção e automobilístico, entre outros) que atuaram em parceria com o regime ditatorial.”

Conhecer essa rede complexa de agentes e instituições públicos e privados “é luz para entendermos as imensas injustiças e desigualdades que ainda vicejam em nosso país nos dias atuais”, disse Robson Sávio. Ele ainda asseverou que “a falta de punição aos perpetradores de tortura, das graves violações dos direitos humanos e do arbítrio fez com que estas práticas se institucionalizassem em muitos setores, transformando-se em políticas de Estado, que persistem no presente”. Como exemplo, citou a prática da violência institucional do Estado nas abordagens policiais, nas prisões e nas delegacias, bem como na ação seletiva do Judiciário.



O Secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, anunciou na solenidade a importância da criação do Memorial dos Direitos Humanos, que deverá ocupar a sede do antigo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), local onde muitas violações de direitos foram cometidas. O governador Fernando Pimentel encerrou a cerimônia lembrando a coincidência simbólica de receber o relatório no mesmo Palácio da Liberdade que abrigou os articuladores do golpe de 1964. “O mesmo Palácio que agora saúda aqueles que resistiram ao golpe.”



[Enviar para impressão](#)